Nova constituição para o Brasil

1. O Território Brasileiro1) e suas riquezas são ultimamente um pedaço da Terra e um bem de todos os seres humanos da presente e futuras gerações. Contudo, até o momento da construção de um governo global, a tarefa de legitimar as propriedades privadas2) e públicas no Brasil e de registrar o status legal dos Brasileiros será do governo Brasileiro.
2. Comunidades de Brasileiros assentadas em territórios de posse própria, com a capacidade de se autossustentar e desejo unânime, poderão registrar sua autonomia e contar com governo e constituição próprios desde que respeitem o primeiro ponto da presente constituição, a saber:
   1. A soberania do governo Brasileiro em legitimar as propriedades públicas e privadas (que não deve interferir a não ser em caso de exploração negligente dos recursos naturais por parte da província autônoma e para salvaguardar o trânsito de outros brasileiros);
   2. A continuidade da cidadania Brasileira de todos os seus habitantes, não obstando a formação de uma nova cidadania local.
   3. A execução de ações judiciais em cidadãos Brasileiros que se tornaram ilegais.
3. Todo cidadão terá direito à proteção do seu corpo, à educação fundamental, ao tratamento médico disponível em caso de dor, à liberdade de expressão e ao isolamento3). Em caso de miséria, também terá direito ao abrigo e aos suprimentos básicos de água e comida. Cidadãos, de qualquer idade, alfabetizados e com domínio das operações aritméticas4) sobre o corpo dos racionais, receberão o direito de ingressar na carreira pública e de votar em plebiscitos (cf. §7).
4. Cidadãos com menos de 20 ou mais de 70 anos e ensino médio completo5), ou em processo de completa-lo, receberão uma pensão.
5. Em caso de crimes, o transgressor será sujeito a medidas punitivas (inibitivas) ou reparatórias. Medidas punitivas são as multas, o cárcere até o cumprimento de um trabalho com duração prevista de até um terço da vida restante do condenado, e o exílio. Medidas reparatórias incluem o trabalho militar, social, secretarial, acadêmico ou qualquer atividade proposta pelo condenado como um meio de se reparar.
6. Qualquer um que não nasça brasileiro pode conquistar a cidadania brasileira cumprindo a educação fundamental e demonstrando a capacidade de se sustentar por cinco anos no Brasil sem cair em miséria.
7. O governo Brasileiro será feito por todos os cidadãos que decidirem seguir carreira pública e completarem o treinamento adequado6) para suas responsabilidades. Aspirantes em treinamento e governantes serão empregados do Estado. Caso um ou mais governantes que tenham completado o treinamento para as mesmas responsabilidades não consigam se alinhar a uma decisão, a questão será levada a plebiscito por democracia líquida7).
8. Com a coleta de um terço das vozes8) dos habitantes com direito a voto na jurisdição de uma decisão governamental (existente ou potencial), a tal decisão será levada a plebiscito por democracia líquida.
9. Em matéria de economia, o governo deve se ater a seguinte heurística: regular para evitar crises, mas, fora isso, remover empecilhos ao invés de criar estímulos9).

Comentários:

1. O Território Brasileiro é definido pelos tratados internacionais vigentes.
2. O direito à propriedade poderá ser legitimado por descobrimento (no ato de tomar posse), tradição ou contrato. Cabe ao governo Brasileiro arbitrar os diferentes casos, levando em conta ainda a capacidade de cada um de gerir a sua propriedade beneficiando a sociedade.
3. O direito ao isolamento é o direito de “repousar os nervos”. Cada um processa estímulos do meio ambiente de forma diferente, e, por vezes, o uso do direito à expressão de um indivíduo pode ultrapassar as necessidades de espaço de outro. Em tais questões cívicas, caberá a um juiz conciliar os dois lados, tratando cada situação de forma estoica e propondo soluções para o bom convívio.
4. Adição, subtração, multiplicação e divisão.
5. O ensino médio deve conter a quantidade de material que um jovem consegue aprender nos seus primeiros 20 anos de vida, tendo como referência o que se ensinou historicamente no Brasil e em outros países.
6. Tendo em vista que as habilidades essências de um legislador, administrador e juiz são definir, resolver problemas criativamente e conciliar oposições, o treinamento de funcionários públicos será fundamentalmente o da educação em matemática superior. Contudo, a carga letiva deve ser livre o suficiente para que os aspirantes também se dediquem a seus outros interesses, que podem contribuir de forma única na construção do país.
7. Na democracia líquida, questões são propostas com um número indefinido de etiquetas por tópico e jurisdição em uma plataforma virtual. Cada cidadão-usuário pode votar diretamente em cada questão, ou relegar seu voto a um outro usuário em que ele confie saber mais sobre o assunto. A transferência de votos pode ser feita individualmente por questão, ou automatizada com algum filtro baseado nas etiquetas, mas é secreta. Cada usuário poderá ver, em cada questão, a ordem de grandeza (em centenas) do número de pessoas que repassaram o seu voto a ele; se, por sua vez, ele nomear um outro usuário para votar em seu lugar, todos os votos coletados naquela questão passarão juntos e ele poderá ver no que se votou em seu lugar. Se a votação ainda não estiver encerrada e o usuário não estiver satisfeito com a sua delegação de voto, ele poderá retomá-lo. No caso de a atribuição de voto a uma questão não estar resolvida, os usuários recebem um alerta. A votação encerra-se três dias depois que mais de 90% dos votos já estiverem determinados.
8. As vozes poderão ser coletadas por assinatura digital ou por demonstração pública.
9. Como exemplos, considerem-se as seguintes medidas:
   1. Estímulo ao consumo
      * Um aumento da produção juntamente com um acúmulo de reservas é de muita serventia para amortecer crises futuras. Contudo, estimular o consumo para girar a economia é uma forma indireta de se estimular a produção e que derrota o próprio propósito.
   2. Criação de polos de isenção tributária
      * Um polo de isenção tributária significa uma maior taxação e um maior empecilho para o resto do país. Gera malabarismos produtivos que diminuem a contribuição de cada unidade de insumo para o país.
   3. Regulação do mercado financeiro
      * A princípio, pode parecer um empecilho, mas coibindo fraudes e especulações irracionais, pode-se evitar crises, que se tornariam um empecilho econômico muito maior.
10. Impostos
    * + Argumenta-se que o imposto de renda (progressivo) desestimula os cidadãos com maior potencial produtivo a continuar produzindo em excesso. Contudo, um desestimulo não é a mesma coisa que um empecilho. Desde que para qualquer padrão de vida razoável haja um caminho razoável, o imposto de renda está razoável. Contraste-se isso com outros impostos que podem realmente inviabilizar a atividade econômica.
      + Por outro lado, impostos que tendem a atingir a população de forma igual (como o imposto sobre os bens-de consumo) facilitam a divergência das camadas sociais.
11. Comércio internacional.
    * + Impostos de importação podem parecer uma medida protecionista adequada. Entretanto, criando-se tais empecilhos para estimular a competitividade interna, facilmente se travam outras atividades que dependem dos produtos que não estão sendo importados (exemplo: importação de hardware para desenvolvimento de software).
      + Por outro lado, se o objetivo é tornar a economia interna mais competitiva, diversifica-la, e promover atividades que agreguem mais valor ao produto, o que se deve fazer é taxar impostos sobre a exportação de commodities específicas que estejam desbalanceando o câmbio. À primeira vista, impostos sobre exportação podem parecer um empecilho, mas são a verdadeira medida de austeridade que reduz o acomodamento numa economia subdesenvolvida.

Cláusulas de transição:

1. A prévia constituição brasileira, leis e códigos, cargos públicos e toda estrutura administrativa continuará em vigor até a formação de um novo governo de acordo com §7, 8. Forma-se um novo poder temporário, dito incubador, com a tarefa de desenhar a carreira pública dos futuros governantes e suas formas de interação.
2. Será feita uma chamada a todos os cidadãos com ensino superior completo que quiserem participar do poder incubador. A cada cem inscritos, abrir-se-á uma vaga de moderador a ser concursada. Se o assim formado poder incubador persistir por dois anos, serão feitas novas chamadas e novos concursos.
3. O poder incubador pode propor qualquer medida governamental aos outros três poderes (executivo, legislativo e judiciário). Se a proposta for contradita, a decisão vai a plebiscito por democracia líquida.
4. Dado o desenho completo do novo governo, o poder incubador apresentá-lo-á à população e, se aceito, a transição completar-se-á.